Mala Direta Postal
Básica
9912345995/2013-DR/PR
CRC - PR
CORREIOS

Folha do CRCPR

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

Ano 15 - abr./mai. 2015 - Edição nº 82

De olho na transparência,

entidades criam comissão para vigiar as contas públicas

Chama-se "De olho na transparência" a comissão que vai fiscalizar as informações divulgadas nos portais dos órgãos públicos por força da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Iniciativa do CRCPR, OAB-PR, SESCAP-PR e CORECON-PR. O lançamento foi dia 6 de maio, na sede do SESCAP-PR, em Curitiba (Pág. 11)

Registro de técnico em contabilidade

é extinto

Com base na Lei 12.249/10, técnicos em contabilidade podem solicitar registro em Conselho Regional de Contabilidade somente até o dia 1º/06/2015. Técnicos com registro, no entanto, poderão continuar exercendo a profissão normalmente. Com o fim do registro do técnico, a tendência é o número dos profissionais com essa formação diminuir rapidamente nos anos seguintes. Hoje (dados de 27 de abril), em um universo de 508.599, o número de técnicos em atividade no país é de 190.512 – 37,45% e o de bacharéis em Ciências Contábeis de 318.087 – 62,54%. (Pág. 08 e 09)

ENTREVISTA

Leia na página 6 entrevista com o presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Curitiba e Região Metropolitana – Microtiba, Armando Lira, sobre os objetivos e ações da entidade, entre as quais um novo programa direcionado ao microempreendedor individual.

Remetente: Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV - CEP: 80045-340 - Curitiba - PR

PARA USO DO CARTEIRO					
[ ] Mudou-se [ ] Endereço Insuficiente [ ] Falecido	[ ] Ausente [ ] Desconhecido	[ ] Não Procurado [ ] Recusado porteiro ou síndico	[ ] Inf. escrita pelo [ ] Não existe o nº indicado	Reintegrado ao serviço postal em:	Assinatura do Entregador

editorial

Lucelia Lecheta
Presidente do CRCPR

De olho na transparência

O grupo de trabalho "De olho na transparência" (confira a matéria na página 11) que o CRCPR, o SESCAP-PR, a OAB-PR e o CORECON-PR acabam de criar tem a modesta pretensão de somar esforços com órgãos, entidades e organizações, civis e públicas, já existentes, no desafio nacional de transformar em realidade as belas linhas da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência e Lei de Acesso à Informação, entre as principais legislações que pedem entes públicos corretos, éticos e responsáveis na gestão das verbas arrecadadas.

Foi o tempo em que as contas públicas eram verdadeiras caixas-pretas. Por força da lei, elas agora têm que ser exibidas à sociedade. Transparência é um direito dos contribuintes que sustentam o setor público pagando pesados impostos, esperando retorno em serviços coletivos de qualidade.

Quase todos os dias somos surpreendidos pela notícia de alguma forma de fraude que tentava driblar as regras da moralidade. As revelações da Operação Lava Jato bastariam para indicar a que ponto chegou a corrupção, a evasão de recursos e a resistência em seguir as leis.

Para agravar, além das consequências da corrupção, há a má gestão dos recursos, a exemplo do que ocorre nos governos federal e paranaense, forçados, por isso, a impor duras medidas de ajuste fiscal.

Princípio elementar, não é possível administrar fazendo mais despesas do que preveem as receitas. Muito menos, cobrindo gastos injustificáveis, abusivos, extravagantes, por interesses pessoais ou razões outras, como normalmente acontece por ocasião de campanhas eleitorais.

O perfeito equilíbrio das contas dos entes públicos está delineado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que recomenda ação planejada, no cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, obediência a limites e condições, limitação da capacidade de endividamento, prestação de contas à sociedade e punição dos gestores irresponsáveis. A LRF é essencialmente contábil. Ninguém melhor do que contabilistas para avaliar a transparência de relatórios, demonstrativos e contas públicas.

Se essas contradições em relação aos recursos públicos não forem corrigidas, se as evasões, os desperdícios, continuarem no ritmo que temos visto, o Brasil jamais dará o sonhado salto de desenvolvimento, superando a pobreza e podendo investir amplamente nas áreas essenciais.

Por força da lei, os portais dos entes públicos na internet são ou deveriam ser a vitrine onde expõem as demonstrações do que fazem com seus recursos. A intenção dos conselhos de contabilidade, economia, advocacia e do Sescap-PR é aproveitar o conhecimento e a experiência de cada segmento para ler e traduzir o conteúdo desses portais para a sociedade.

LUCELIA LECHETA

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV

Cep: 80.045-340 - Curitiba - PR

Fone/Fax: (41) 3360-4700

e-mail: crcpr@crcpr.org.br

site: www.crcpr.org.br

Composição da Diretoria

Presidente: Lucelia Lecheta

Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Câmara de Controle Interno
Vice-presidente: Fernando A. Borazo Ribeiro

Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
Vice-presidente: João Gelásio Weber

Câmara de Registro
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Vice-presidente: Elizangela de Paula Kuhn

Câmara de Desenvolvimento Regional
Vice-presidente: Mirandi José Bonissoni

Câmara Técnica
Vice-presidente: Moises Antônio Bortolotto

Relações Sociais
Vice-presidente: Narciso Doro Junior

Macrodelegados
Aguinaldo Mocelin • Hélio Francisco do Nascimento • Neiva Maria Dapont • Paulo Kazuo Yamamoto • Pedro Baraldi • Waldomiro Kluska

Composição do Plenário Efetivos
• Alberto Barbosa • Angelo Mocelin • Bento Rosa Junior • Carlos Augusto Bittencourt Gomes • Carlos Thadeu Fedalto • Elizangela de Paula Kuhn • Fabio Bonsenhor • Fernando Antonio Borazo Ribeiro • Gilmar Silvio Bachi • Ivo Destefeni • João Eloi Olenike • João Gelásio Weber • Laudelino Jochem • Lucelia Lecheta • Márcia Cristina de Almeida • Marcos Sebastião Rigoni de Mello • Mirandi José Bonissoni • Moises Antonio Bortolotto • Narciso Doro Junior • Narciso Luiz Rastelli • Ormelia Tereza da Silva • Osvaldo dos Santos • Paulo de Tarso Vieira Lopes • Paulo Kazuo Yamamoto • Roberto Aparecido Santos • Sandro Di Carlo Teixeira • Sergio Roberto Bebber

Composição do Plenário Suplentes
• Antônio Augusto Godoi de Oliveira • Antonio Moacir Pozzobon • Carlos Alfredo Muller • Cesar Alberto Ponte Dura • Claudio Renato Trevisan • Eliane Terezinha da Luz • Emani Habitzreuter • Eurides Von Muhlen • Francisco Savi • Gilberto Jorge da Paz • Helio Maia da Silva • Hylcineia Deisy da Silva Liboni • Jair Luiz Welter • Jean Corradini • Jessica Harumi Dallagrana de Oliveira • Juarez Paim da Silveira • Luci Isabel Oliari Lira • Luiz Fernando Martins Alves • Marcelo Scomparin • Márcia Cristina Sprada Rossetim • Marcio José Assumpção • Marcos Aurélio Custódio • Nilva Amália Pasetto • Paulino José de Oliveira • Rafael Benjamim Cargnin Filho • Reginaldo Rodrigues de Paula • Valmir Luckmann (in memoriam)

expediente

Folha do CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Superintendente
Gerson Luiz Borges de Macedo

Redação
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR
Adriana Iaizzo Magalhães – MTB-09730/PR

Diagramação
Neilor Armond Lopes

Impressão: Gráfica Radial Ltda.
Tiragem: 33,5 mil exemplares

Comercial
imprensa@crcpr.org.br

Espaço do Contabilista

Envie a sua opinião, em texto breve, para o e-mail espacodocontabilista@crcpr.org.br, informando o seu nome completo, a cidade onde mora e o endereço eletrônico para correspondência. Ela será publicada na íntegra ou parcialmente.

A contabilidade e a crise da Petrobrás

Teoricamente, a contabilidade é uma ciência com metodologias, procedimentos e técnicas capazes de ajudar os entes públicos e privados a manter suas atividades sob constante vigilância, controle, racionalidade, permitindo planejar processos de crescimento, prever e contornar situações críticas, sendo para esses entes, além de ferramenta de gestão, instrumento de transparência.

A crise na maior empresa do país – a Petrobrás – permite questionar se nada poderia ter sido feito, antes, em termos contábeis, para evitar tantas irregularidades, como vem mostrando a Operação Lava Jato. Por que as contradições todas não apareciam rotineiramente nas peças contábeis?

Fora de tudo que aprendemos e juramos

Infelizmente, no meu entendimento, a Operação Lava Jato deixa-nos um tanto desacreditados, pois um relatório elaborado da forma correta e dentro dos princípios contábeis, na sua publicação, já deveria ter acendido a luz vermelha do esquema de corrupção dentro da Petrobrás. As irregularidades já teriam aparecido. É impossível imaginar que uma empresa do porte da Petrobrás não tem mecanismos para dar transparência aos seus acionistas e usuários. Por que somente "depois de denúncias" atrasou-se a entrega de um balanço para fazer de forma correta? E esses auditores, o que faziam antes das denúncias? Fechavam os olhos? Maquiavam? Escondiam? O que fizeram com as perdas anteriores? Só em 2014 fez-se um relatório confiável? Por quê? Afinal, como faziam nas publicações anteriores? Essa minha dúvida não quer calar... Antes, assinava-se e publicava-se, e depois dos escândalos? A máquina parou? Quem ajudou a forjar tudo? Nós, contadores, somos coniventes com esse esquema? Como o usuário interno e externo pode confiar e grandes potências podem acreditar e confiar em "nossos" relatórios?

Eu, como contadora, me sinto constrangida! A contabilidade dentro das regras e normas é um instrumento confiável e de grande credibilidade. As pessoas são leigas e não sabem fazer leitura de relatórios. Pelo menos não a maioria. Mas e os outros, também fecharam os olhos ou não foram seguidas as normas de transparência? Em grandes empresas e principalmente na política, não é permitida ao contador a autonomia necessária e muitas vezes nos coíbem de participação nas decisões dos gestores. O que fazer? Ser ético? Agir dentro dos princípios? Denunciar? Ou simplesmente "produzimos" o resultado que foi pedido? Estamos "fora da casinha"! Fora de tudo que aprendemos e juramos.

Paola Guariso Crepaldi – Coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Inesul/Londrina.

Legislações mais exigentes

É que no Brasil não temos uma legislação rigorosa como nos EUA passou a ter a partir dos escândalos em que suas empresas maquiavam as demonstrações financeiras com ajuda da empresa de auditoria (Artur Andersen). Tão logo foram descobertas as fraudes, um senador e um deputado criaram a lei SARBANES – OXLEY, que aqui no Brasil pouca gente conhece. Hoje, até para se ter ações na Bolsa de NY, somente se estiver dentro dos parâmetros da dita lei. Na Petrobrás houve conivência de muita gente grande.

Gilberto Quadros – contador, professor universitário.

Quem leva a contabilidade a bom termo são os profissionais

A Contabilidade é uma Ciência cujo objeto de estudo é o patrimônio. Nesse sentido, ela se torna uma poderosa ferramenta de controle e de gestão do patrimônio e de seus derivativos. O modelo contábil aplicado pela Petrobrás é o IFRS, que tem como objetivo oferecer informações claras e transparentes da posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado momento.

Com relação à Operação Lava Jato, o que a Contabilidade poderia ter feito? A questão precisa ser analisada sob dois aspectos, sendo: a Contabilidade em si e os fornecedores e usuários das informações geradas pela Contabilidade. Quanto ao primeiro quesito, a Contabilidade como ciência, nada poderia ter sido feito diferente. O problema reside nos geradores das informações contábeis e nos seus usuários. Cabe a esses a tarefa de gerar e usar as informações de maneira ética e transparente.

A boa governança corporativa deve sedimentar sua conduta sobre a ética e a transparência. Neste sentido, a Contabilidade se torna ferramenta (meio) indispensável, e, quase que única, capaz de levar a bom termo este propósito.

A publicação das Demonstrações Contábeis pela Petrobrás apresenta a posição patrimonial, financeira e de resultado da companhia. As perdas reconhecidas não podem ser vistas, em um primeiro momento, como o valor proveniente de desvios apurados pela Operação Lava Jato e sim decorrentes da perda por *Impairment* da companhia de maneira geral. Claro que tais perdas possuem relação com a referida operação, mas não representam necessariamente o montante de recursos desviados.

As peças contábeis nem sempre apresentam de maneira clara sinais de fraudes ou outras irregularidades cometidas dentro de uma entidade. Assim, é possível dizer que as Demonstrações Contábeis possivelmente apresentavam os sinais e indicadores necessários para se avaliar tendências dentro da empresa, cabendo aos usuários analisarem tais peças diligentemente.

A Contabilidade como Ciência em hipótese alguma cria mecanismos para fraudar, burlar, maquiar ou praticar atos irregulares, porém as pessoas, em certas circunstâncias, acabam por criar de maneira irregular, mecanismos para demonstrar que situações possam parecer diferentes do que realmente são. O pilar mestre da Contabilidade em IFRS está sedimentado sobre a primazia da essência sobre a forma, o que busca, em última instância, apresentar a realidade como ela realmente é. Isso fica evidenciado na própria publicação das Demonstrações Contábeis da Petrobrás nas quais foram reconhecidas enormes perdas para representar a realidade patrimonial e financeira da entidade em 31/12/2014 dentro da essência ali presente.

Quem leva a Contabilidade a bom termo são os profissionais ligados a ela. Esses podem inserir tendências na Contabilidade, porém isso não afeta a ciência em si. Falar em subjetividade em Contabilidade é um grande erro, pois a Contabilidade em IFRS, embora muitos imaginem ser subjetiva, ela apenas se utiliza da interpretação, o que não prejudica os usuários das informações geradas pela Contabilidade, até porque todas as interpretações necessariamente devem ser apresentadas de forma transparente quanto a metodologia aplicada.

Laudelino Jochem- Contador, professor universitário, autor de livros sobre contabilidade.

O registro de técnico em

De acordo com o artigo 12 do Decreto-Lei 9295/46, alterado pela Lei 12.249/10, candidatos formados no curso técnico em contabilidade podem solicitar registro em Conselho Regional de Contabilidade somente até o dia 1º/06/2015; e se tiverem concluído o curso posteriormente a 14 de junho de 2014 deverão também ter sido aprovados em exame de suficiência. Essa definição coloca a graduação em Ciências Contábeis como ponte única de acesso ao registro da profissão contábil, mas mantém as prerrogativas dos profissionais já registrados como técnicos e que, por ventura, se registrarem até 1º de junho.

A regra não significa, todavia, o fim da categoria, pois, enquanto houver pessoas com essa formação no país e registro obtido até a data legal, elas poderão continuar exercendo a profissão normalmente, tranquiliza o vice-presidente de Registro do CRC-PR, Sandro Di Carlos Teixeira.

Mudanças significativas no perfil da profissão ocorrerão a longo prazo. Se hoje (dados de 27 de abril), em um universo de 508.599, o número de técnicos em atividade no país é de 190.512 – 37,45% e o de bacharéis em Ciências Contábeis de 318.087 – 62,54%, em passado recente as estatísticas eram o contrário. A classe contábil era absolutamente formada por técnicos até a formatura da primeira turma de Ciências Contábeis, lá pelos idos de 1948 ou 49. Com o fim do registro do técnico, a tendência é a proporção ir caindo rapidamente, a cada ano, até não existir mais técnicos com registro no país e a classe contábil ser formada unicamente por bacharéis em Ciências Contábeis.

Medida debatida no Senado

Uma audiência pública, no Senado, reuniu, no ano passado, membros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), associações e sindicatos que representam bacharéis e profissionais de nível técnico, além de integrantes dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação, para debater a questão. A audiência foi proposta pelos senadores Paulo Davim (PV-RN) e Paulo Paim (PT-RS) que se mostraram preocupados com o risco de extinção do segmento.

Segundo Luiz Sérgio da Rosa Lopes, presidente da Federação dos Contabilistas dos estados do Rio, Espírito Santo e Bahia, o Decreto-Lei 9.295, de 1946, vinha regendo "harmoniosamente" os dois segmentos – técnicos e contadores - até a edição da nova lei, a Lei 12.249/10. A medida, segundo Lopes, representa um verdadeiro "atestado de óbito" para os técnicos. Para ele, que é contador, a restrição aos técnicos não interessa aos empresários, pois reduzirá a oferta de prestadores de serviços contábeis, o que pode levar ao aumento dos preços impostos pelo cartel dos bacharéis. Ele também mencionou o risco de uma desassistência de profissionais da área em regiões do interior, longe dos grandes centros.

O professor universitário Marcone Hahan de Souza, também contador, defendeu do mesmo modo a coexistência dos dois segmentos. Ele lembrou que o Brasil é um país empreendedor, destacando-se nesse campo em segundo lugar no mundo, havendo lugar e necessidade para bacharéis e técnicos. Disse

que há pontos similares nas atividades, mas também diferenças, sendo destinadas aos bacharéis atividades de auditoria e especialização no campo acadêmico. O professor também criticou os que defendem a extinção da profissão dizendo que a formação do técnico não é adequada. Segundo ele, as provas realizadas pelo CFC já atuam como filtro, selecionando os que estejam aptos para atuar, tanto técnicos como bacharéis. Observou ainda que hoje há atividades comuns entres os dois segmentos, bem como especificidades.

Ele lembrou que o CFC já havia baixado uma resolução para extinguir o registro de técnico, derrubada na Justiça. A seu ver, para uma melhor coexistência, poderia se estabelecer segmentos mais claros das atividades, definindo quem pode ou não fazer perícia ou mesmo estipulando limite de faturamento empresarial que pode comportar a atuação apenas de técnicos na contabilidade.

O professor Oscar Lopes da Silva, no entanto, questionou a qualidade da formação dos técnicos. De acordo com ele, os profissionais chegam ao mercado sem preparo adequado, depois de passar por cursos com carga reduzida e pouco conteúdo específico. Marcone de Souza, em contraposição, afirmou que também há problemas na formação dos bacharéis.

Posição do CFC

Para o CFC, a medida é uma evolução para a profissão: os cursos técnicos já não correspondem na formação profissional às necessidades das empresas. A defesa mais firme das medidas de restrição ao curso técnico partiu de Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC. De acordo com ele, a lei da profissão, o Decreto-Lei 9295/46, precisava ser atualizada e a iniciativa foi debatida amplamente em todo o país, por meio de audiências públicas, resultando disso as sugestões levadas ao governo e ao Congresso.

Depois de reforçar as críticas aos cursos técnicos, ele disse que, apesar das deficiências de formação, esse segmento pode exercer praticamente todas as prerrogativas dos contadores. Também afirmou que houve mudanças importantes nos últimos dez anos, desde quando o país foi obrigado a fazer a convergência para os padrões internacionais de normas contábeis, o que amplia as exigências sobre os profissionais.

Formação e atribuições do técnico e do contador

Enquanto o técnico faz um curso de 1,5 ano a três anos, o contador estuda quatro anos. O trabalho do técnico auxilia o do bacharel. Ele pode cuidar de toda a parte financeira realizando a escrituração contábil e fiscal, registros e lançamentos contábeis de transações financeiras, cálculo de impostos, juros e taxas, acompanhamento de contas, receitas e despesas, elaboração de demonstrativos financeiros e balancetes, análise de contas patrimoniais e controle patrimonial, além de ser o responsável pela prestação de contas da instituição.

Ambos podem atuar em instituições públicas e privadas, empresas prestadoras de

contabilidade é extinto

serviços contábeis, bancos, estabelecimentos de ensino, escritórios de contabilidade e também como autônomos. O técnico tem, praticamente, todas as prerrogativas do bacharel em Ciências Contábeis, com exceção dos serviços de auditoria, perícia e revisão de balanços.

Ensino contábil no Brasil: técnico é de 1931

A contabilidade chegou ao Brasil junto com os descobridores. Em 1770, foi feita a primeira regulamentação da profissão, quando o rei de Portugal, Dom José, expediu uma carta de lei a todos os domínios lusitanos, estabelecendo regras, entre elas, a obrigatoriedade de registro da matrícula de todos os guarda-livros em junta comercial.

Em 1870, o decreto imperial nº 4.475 reconheceu oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte como a primeira profissão liberal regulamentada no país. Na área pública só eram admitidos guarda-livros que tivessem cursado aulas de comércio. Para ser guarda-livro era preciso ter conhecimento das línguas portugues a francesa, esmerada caligrafia e, mais tarde, com a chegada da máquina de escrever, ser exímio em datilografia.

Em 1902, o presidente Rodrigues Alves declarou de utilidade pública os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, da Escola Prática de Comércio de São Paulo, do Instituto Comercial do DF e da Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Em 1915 foi fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais. No ano seguinte foram criados a Associação dos Contadores de SP e o Instituto Brasileiro de Contabilidade do RJ. Nove anos depois, em 1924, foi realizado o 1° Congresso Brasileiro de Contabilidade e lançadas as bases para a campanha pela regulamentação da profissão e reforma do ensino comercial. Em 1927, foi fundado o Conselho Perpétuo de Contabilistas, com a função de conceder registro a novos profissionais, e em 1931 sancionado o decreto federal nº 20.158, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão. É dessa época a criação do curso de contabilidade que formava dois tipos de profissionais: os guarda-livros, que cursavam dois anos e perito-contadores, que cursavam três anos.

O Curso de Ciências Contábeis é de 1945, reconhecido em 22 de setembro, através do Decreto Nº 7.988, e em 1946 foi criado o sistema formado pelo Conselho Federal de Contabilidade e conselhos regionais, pelo Decreto-Lei nº 9.295, com as funções de registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, sendo mais tarde acrescentada a de promover o desenvolvimento profissional por meio de educação continuada pela Lei nº 12.249/2010, que também passou a exigir de candidatos a exercer a profissão a aprovação em exame de suficiência.

Capacitação confere competitividade a MEIs

Em quase seis anos de existência, o Portal do Empreendedor já registrou perto de cinco milhões de microempreendedores individuais (MEIs). Mas se, por um lado, a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, estabeleceu condições para reduzir a informalidade no mercado de trabalho, por outro, inseriu os MEIs em um ambiente mercadológico dos mais inóspitos: segundo o ranking Doing Business 2015, do Banco Mundial, o Brasil ocupa a vexatória posição 120, entre 189 países, no critério Facilidade de Fazer Negócios, atrás de países como Zâmbia (111) e Suazilândia (110).

Neste cenário, entidades de apoio têm a responsabilidade de trabalhar pela sustentabilidade desses novos empreendimentos. É o caso da MICROTIBA – Associação das Micro e Pequenas Empresas de Curitiba e Região Metropolitana, que acaba de lançar o Programa de Orientação e Capacitação do Microempreendedor Individual, em parceria com Sebrae-PR, detalhado nesta entrevista por seu presidente, o contador e advogado Armando Santos Lira, que já foi conselheiro do CRCPR e vogal da Junta Comercial. Atualmente, participa do Fórum Nacional Permanente das Micro e Pequenas Empresas em Brasília/DF pela CONAMPE – Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais.

Em que consiste o Programa de Orientação e Capacitação ao MEI?
Consiste em um convênio com o SEBRAE/PR, reunindo esforços de know-how, estrutura espacial e pessoal. O programa é direcionado ao microempreendedor individual e busca dotá-lo com instrução técnico-administrativa e operacional para gerir com mais segurança seu próprio negócio. Enfim, prepará-lo para que se mantenha competitivo em um mercado com tantas vicissitudes e desafios.

Que ações e/ou eventos estão já programados?

Importante destacar que todas as ações, atendimentos, consultorias e oficinas são GRATUITAS. O Programa estabelece atendimentos presenciais em nossa sede, na Rua Nicolau Maeder, 31, Alto da Glória, em Curitiba, por telefone (41 3353-6014), e-mail (microtiba@microtiba.com.br) e, futuramente, online. No Sebrae-PR, temos o atendimento pela Central de Relacionamento, o 0800 5700800, e as oficinas do SEI, cursos de pequena duração com o atendimento presencial individual, nas áreas de compras, atitude empreendedora, vendas, controle financeiro e planejamento.

Quais são os objetivos da MICROTIBA para 2015?

Como prioridade, queremos consolidar este programa, mas, ao mesmo tempo, promover fortemente o associativismo dos nossos representados. Neste ano, também atuaremos mais junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, em ações que efetivamente busquem desburocratizar os procedimentos da abertura e encerramento das micro e pequenas empresas. Quero relatar que, apesar de todos os nossos esforços, estamos tendo muitas dificuldades para obter uma simples audiência com a Secretaria de Finanças de Curitiba. O que demonstra não ter a atenção devida para a política dos pequenos empresários. Não é suficiente editar e aprovar uma lei para as micro e pequenas empresas. É necessário e relevante escutar os micro e pequenos empresários, com ações que possibilitem seu crescimento. Por outro lado, fomos prontamente e muito bem recebidos pela Agência de Desenvolvimento de Curitiba, pela Sra. Gina Paladino, e pelo Sebrae-PR. Atitudes concretas estão sendo tomadas no Fórum da Micro e Pequena Empresa do Paraná, do qual participamos. Não vamos abdicar, inclusive, de tomar as medidas legais para coibir abusos, qualquer que seja a esfera de poder, municipal, estadual ou federal. Neste momento estamos estudando a possibilidade de ingressar em juízo contra o decreto estadual 442/2015, com referência ao ICMS, que dá um duro golpe na competitividade das micro e pequenas empresas do Paraná.

Que conquistas a entidade pode destacar?

As entidades nunca trabalham sozinhas. Temos o apoio da Federação das Micro e Pequenas Empresas do Paraná (FAMPEPAR) e da CONAMPE. As conquistas se refletem principalmente na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/2006), sendo as mais importantes o tratamento diferenciado no recolhimento de tributos – SIMPLES, acesso aos mercados, participação diferenciada nas compras governamentais, acesso ao crédito simplificado e registro simplificado e desburocratizado nos órgãos públicos. Nosso desafio é implementar todas estas conquistas na região metropolitana de Curitiba, em especial em Curitiba que, por exemplo, tem andado muito lenta para integrar seu cadastro ao Redesim para desburocratizar a abertura de micro e pequenas empresas. A desculpa da complexidade é afastada, pois temos capitais muito avançadas nesse sentido, sem falar de municípios aqui do Paraná, que agem com muito mais interesse e proatividade em prol dos pequenos.

Quais os principais desafios que os MEI e MPEs no atual cenário econômico?

Antes de responder esta pergunta, quero mostrar alguns dados extraídos do documento de julho de 2014 da Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira, do Sebrae:

1- As MPE geraram, em 2011, 27,0% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB);
2- Esse percentual vem aumentando na série histórica, iniciada em 1985, quando esse indicador representava 21,0% do PIB e, em 2001, 23,2%;
3- Serviços e comércio representaram, em 2011, 19% do PIB, enquanto a indústria totalizava 7,8%;
4- Em relação ao número de empresas, as MPE representaram, em 2011, nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente, 98% e 99% do total de empresas formalizadas;
5- Em relação ao emprego, as MPE representavam 44% dos empregos formais em serviços, e aproximadamente 70% dos empregos gerados no comércio;
6- Cerca de 50% das remunerações do setor formal de comércio foram pagas, em 2011, por MPEs.

Como se verifica, as micro e pequenas empresas em muito contribuem para o cenário macroeconômico e não podem ser relegadas a um segundo plano.

Respondendo ao questionamento, o cenário econômico tem refletido um desaquecimento da atividade comercial e industrial, com leve queda nos serviços, tendo como fator desanimador a divulgação de índices desfavoráveis de inflação e desemprego. Algumas causas foram as políticas adotadas no setor energético (elétrico e de combustíveis), além da falta de planejamento no comércio exterior, sem falar na gastança desenfreada do setor público. O governo, não só o federal, aumenta impostos, mas não há contrapartida

na diminuição dos gastos. Enquanto isto não acontecer, o mercado vai agir com desconfiança para toda e qualquer medida adotada, minimizando investimentos e alimentando o círculo vicioso da estagnação.

O atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tem sinalizado para a escassez de crédito em geral, inclusive para micro e pequenas empresas. Isso preocupa, pois o segmento é o que mais emprega e, mesmo não tendo a participação proporcional na geração de riquezas, mantém estáveis a formalidade e o consumo, além do aspecto previdenciário. Em outros paises, sobretudo nos EUA, a estratégia é diferente. Veem o pequeno como a tábua de salvação quando a economia começa a estagnar. Nosso desafio é contribuir positivamente para que as conquistas até então realizadas continuem sendo fortalecidas, e nunca deixadas de lado.

Qual o papel das empresas e profissionais da contabilidade para os MEI e as MPEs?

É significativo, fundamental, pois são nossos maiores consultores e apoiadores. Às vezes ouço de colegas contadores, não sem razão, que os MEIs têm afetado a formalização de possíveis clientes nos escritórios de contabilidade. Vejo como OPORTUNIDADE assegurar a existência dos MEIs no primeiro ano, pois, se bem assessorados, serão tal qual alevinos, do termo da piscicultura, com potencial crescimento. Precisamos também que o governo cumpra de fato a fiscalização para o desenquadramento dos MEIs que sonegam e burlam a lei, moralizando concretamente este importante segmento. O incentivo aos MEIs e às micro e pequenas empresas, ao contrário de outros programas assistencialistas, proporciona o compartilhamento da riqueza com trabalho e emprego, aufere dignidade! Os contadores, claro, são indispensáveis e podem contribuir muito com isso.

CRCPR reúne delegados e macrodelegados para atualização e alinhamento

O professor Laudelino Jochem deu uma aula sobre os aspectos tributários e contábeis das IFRS.

Para facilitar o atendimento dos contabilistas, em suas demandas e necessidades profissionais, o CRCPR possui representantes em todo o estado. São 52 delegacias, formando seis macrodelegaciais regionais, que cobrem os 399 municípios. "Uma preocupação nossa é manter esse pessoal atualizado com as diretrizes que regem o sistema CFC-CRCs", afirma o vice-presidente de Administração e Finanças, Marcos Rigoni de Mello. Daí a realização de encontros com a finalidade de atualizar conhecimentos e promover a troca de experiências entre os delegados e macrodelegados do CRCPR.

No último dia 13 de maio, aconteceu na sede do CRCPR, em Curitiba, mais um evento com esse objetivo.

Na parte da manhã, diferentes departamentos do Conselho – Fiscalização, Desenvolvimento Profissional, Assessoria Jurídica, Tecnologia, Registro, entre outros, apresentaram um resumo de suas atividades e novidades que impactam na rotina diária das delegacias, como novas regulamentações, cronograma de cursos, interação com entidades locais, etc.

Na sequência, os instrutores Jean Carlo Prado (Sebrae-PR) e Viviane Lara (Jucepar) ministraram palestra sobre o novo programa implantado pela Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, o Empresa Fácil, unicamente por meio do qual são realizados, agora, os procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresas consideradas mais simples, que representam 85% dos novos negócios no estado. A intenção foi transmitir aos representantes do CRCPR informações para que possam prestar assistência aos contabilistas de suas regiões sobre o tema.

À tarde, a partir das 14h, os delegados e macrodelegados tiveram uma aula ministrada pelo professor Laudelino Jochem, sobre aspectos contábeis e tributários das IFRS. O foco da abordagem foi voltado às empresas usuárias das normas completas de IFRS, aquelas optantes ou obrigadas a aplicar todas as normas contábeis editadas e aprovadas pela CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Segundo o palestrante, "com a Lei nº 12.973/2014 ocorreu o pleno alinhamento da contabilidade com o fisco federal. Isso representa uma nova etapa da convergência às normas internacionais que, por uma lado, unifica procedimentos, e por outro, torna o processo contábil muito mais criterioso". Ele chamou a atenção para as diferenças geradas entre o antigo modelo de contabilidade (vigente até a entrada em vigor do RTT - Regime Tributário de Transição) e o novo modelo conhecido como IFRS. "É preciso ficar atento a cada detalhe relativo às novas normas contábeis (as IFRS) para aplicá-las corretamente e ainda atender todas as exigências trazidas pela nova legislação tributária, principalmente as obrigações contidas na IN RFB nº 1515/2014", disse.

Os instrutores Jean Carlo Prado (Sebrae-PR) e Viviane Lara (Jucepar) esclarecem detalhes importantes sobre o Empresa Fácil, da Junta Comercial do Paraná, programa que começa a ser utilizado como única porta de entrada em processos de abertura de empresas.

A presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, encerrou as atividades da parte da manhã agradecendo a todos e destacando a dedicação de todos e o excelente trabalho que vêm fazendo em suas regiões.

"O CRCPR quer manter os seus representantes atualizados para que possam oferecer um bom serviço aos profissionais em todo o estado", declara o vice-presidente de Administração e Finanças, Marcos Rigoni de Mello, 1º à esquerda.

1º Fórum Paranaense de Contabil

Lideranças das entidades contábeis marcaram presença na abertura do evento, entre as quais Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopoar (2º à esquerda, entre o VP de Adm. e Finanças do CRCPR, Marcos Rigoni, e o auditor da RFB, Luiz Gabardo), Mauro Kalinke, presidente do Sescap-PR (2º à direita, ao lado da VP de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn), e João Elói Olenike, presidente do IBPT (à esquerda, na 2ª fila). Ao centro, Lucelia Lecheta e Nilva Amalia Passeto, presidente da Comissão Paranaense da Mulher Contabilista).

O diretor superintendente do CRCPR, Gerson Luiz Borges de Macedo, dá as boas-vindas aos participantes e palestrantes.

A presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, fala sobre a importância do evento para a atualização da classe contábil e...

Cerca de 400 pessoas - algumas do interior do estado – participaram ontem do 1º Fórum Paranaense de Contabilidade, acompanhando as palestras *O profissional da contabilidade diante das recentes novidades contábeis e tributárias, Ajuste a valor presente e a valor justo: reflexos tributários e contábeis no registro contábil do ativo imobilizado e propriedade para investimento, Ética: do discurso à prática* e *O uso da tecnologia no controle da arrecadação*.

O evento contou com a participação de inúmeras lideranças da classe, entre as quais a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, o vice-presidente de Adm. e Finanças do CRCPR, Marcos Rigoni, a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn, Divanzir Chiminacio, presidente da Fecopoar, o auditor da Receita Federal, Luiz Gabardo, Mauro Kalinke, presidente do Sescap-PR, João Elói Olenike, presidente do IBPT, Nilva Amalia Passeto, presidente da Comissão Paranaense da Mulher Contabilista, entre outros.

O professor Laudelino Jochem, abriu a programação, às 8h30, com a palestra *O profissional da contabilidade diante das recentes novidades contábeis e tributárias*, fazendo uma análise histórica da profissão contábil no Brasil e seus novos horizontes delineados por novidades como a harmonização da contabilidade brasileira com as normas internacionais, os sistemas que estão transformando a atividade em digital e os impactos da era do conhecimento. Segundo ele, a profissão contábil vive hoje seu melhor momento desde sua regulamentação.

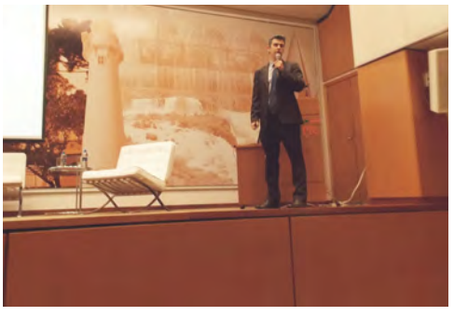
Às 10h45m, o professor Marcos Rebello falou sobre *Ajuste a valor presente e a valor justo: reflexos tributários e contábeis no registro contábil do ativo imobilizado e propriedade para investimento*. Eminentemente técnica, a palestra abordou os conceitos da contabilidade: ajuste a valor presente com juros explícitos e implícitos, ajuste a valor justo com avaliação de forma confiável "com" e "sem" custo ou esforço excessivo, laudo de

O Prof. Laudelino Jochem abordou os desafios da profissão diante das constantes mudanças contábeis e tributárias.

Em sua palestra, Marcos Rebello fala sobre ajuste a valor presente e a valor justo.

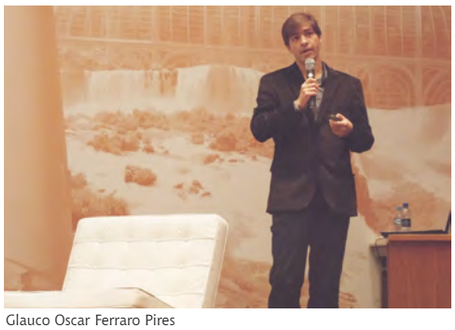
idade lota auditório do CRCPR

Luciana Nehls


Márcio Luís Trentin

Wagner Fernandes de Carvalho

Mônica Santos


Glauco Oscar Ferraro Pires

Luís Omar Gabardo

avaliação do imobilizado e propriedades para investimento para aplicação do custo atribuído, valor depreciável e teste de *impairment*.

Novos paradigmas da ética do contador

"Quando falamos de ética na prática, isso implica todo um processo de formação, autoconhecimento, dilemas, escolhas, caráter, entre outros componentes", disse a professora da Universidade Federal do RS, Ana Tércia Lopes Rodrigues, vice-presidente de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), na palestra *Ética: do discurso à prática*.

Demonstrando conhecimento amplo da matéria, a palestrante discorreu sobre os novos paradigmas da ética do profissional da contabilidade, que atua em um ambiente cercado de tecnologias e de regras rígidas como as leis anticorrupção e de acesso à informação. "Hoje existem muitos mecanismos capazes de descobrir coisas erradas", argumentou a professora. O contador não pode mais usar certas desculpas para burlar o fisco porque as informações sobre seu cliente podem estar disponíveis no sistema. Não pode afirmar, por exemplo, que o cliente não mandou as notas fiscais.

Ana Tércia Lopes Rodrigues, vice-presidente de Gestão do CRCRS, falou sobre os novos paradigmas da ética do profissional da contabilidade.

O dilema, diante de cada caso, termina sendo o de fazer ou não fazer a coisa errada. Pesam bastante as fraquezas naturais do ser humano, mas geralmente isso pode ser resolvido com reflexões, perguntas como essas: é legal? É imparcial? Vou me sentir bem comigo? Na sua opinião, as muitas situações carregadas de dilemas, pressões, cargas negativas, causam tamanho desconforto que os contabilistas deveriam ter direito a psicanalista. "Eles terminam somatizando porque não conseguem lidar com os problemas de ordem profissional que estão afetando o seu emocional", afirmou.

Pode ser por medo de perder clientes que se faz coisas erradas. Mas a receita é aprender a dizer não, nunca fazer nada que não possa ser explicado em público e, recomenda o bom senso, ter um programa de gestão de riscos, adotar um código de conduta e fazer um seguro de responsabilidade civil. Nunca se sabe.

A tecnologia no controle da arrecadação

A palestra *O uso da tecnologia no controle da arrecadação*, que foi gravada e estará disponível no site do CRCPR em Temas Contábeis em Debate nos próximos dias, teve a finalidade de apresentar os hardwares, softwares, programas e sistemas utilizados pela Receita Estadual do Paraná e Receita Federal para realizar o seu trabalho de controle da arrecadação.

Falaram sobre o tema responsáveis, em suas áreas, na Receita Estadual: Luciana Nehls, Márcio Luís Trentin, Mônica Santos, Glauco Oscar Ferraro Pires e Wagner Fernandes de Carvalho; e da Receita Federal, Luís Omar Gabardo, assistente técnico e supervisor do programa do imposto de renda da DRF - Curitiba.

Em Relação à Receita Estadual, entraram na pauta as regras de funcionamento da Nota Fiscal Eletrônica, a Fisc-e, utilizada no Estado do Paraná; o Programa de Cidadania Nota Paranaense, que entrará em vigor em 1º de agosto próximo, prevendo a distribuição de créditos e prêmios a contribuintes cadastrados; particularidades da Escrituração Fiscal Digital, o Bloco K e o Simples Nacional; e o ambiente digital do fisco paranaense, que usa tecnologia de análise massiva de dados.

Já em seu "sobrevôo para dar ciência de a quantas anda o pensamento da Receita Federal", Luís Gabardo apresentou a extensão da atuação das 568 unidades da RFB no país, os volumes impressionantes de acessos aos serviços do sistema, modelos de coleta e de cruzamento de dados e alguns projetos estratégicos. Segundo ele, o sistema em funcionamento, convencional, já está esgotado; centralizado, não tem mais como evoluir. Mas há novidades em andamento. Sem dar muitos detalhes, ele define por uma metáfora: "Sai o prato feito e entra a comida por quilo". A verdade é que todo mundo vai aos poucos sendo identificado, em detalhes, no Big Data, o sistema da Receita Federal, suas bases, suas ferramentas, ficando sujeito a fiscalização.

Bate-papo

Encerrando o fórum, Lucélia Lecheta e Elizangela de Paula Kuhn, presidente e vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, mediaram um bate-papo entre o público e os representantes da Receita Estadual e Receita Federal, em especial Luís Omar e Wagner de Carvalho. Foi uma oportunidade para tirar dúvidas sobre os assuntos abordados: Escrituração Fiscal Digital, arquivo magnético Sintegra, Nota Fiscal Eletrônica - NFC-e, Programa Nota Fiscal Paranaense, e Tecnologia de análise massiva de dados no fisco paranaense, etc.

Gente que Conta

Entidades discutem Código de Defesa do Contribuinte de Curitiba

Proposto pelo vereador Jorge Bernardi (PDT), por meio de projeto de lei complementar (PLC 002.00012.2014), o Código de Defesa do Contribuinte de Curitiba determina que o contribuinte seja atendido de forma eficaz, adequada, esclarecedora e cortês pelos órgãos do fisco municipal, a exemplo do que já foi implementado em São Paulo e outras cidades brasileiras.

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), a Seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), a Associação Comercial do Paraná (ACP) e a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Curitiba (Ampec Microtiba) formaram uma comissão para debater o PLC e propor melhorias que possam tornar mais justa a relação entre fisco e contribuinte na cidade.

O Sindicato dos Contabilistas de Francisco Beltrão- Sincobel comemorou, em 26 de abril, o Dia dos Contabilistas com uma programação diferente: um dia de confraternização com torneio de futebol suíço para os homens e iniciativas de valorização da mulher, com dicas de maquiagem, automaquiagem, cuidados com a pele, cuidados personalizados e fragrâncias. Enquanto os homens praticavam esportes as mulheres ficavam ainda mais bonitas e as crianças puderam se divertir nos brinquedos instalados nos espaços do SESC. Houve almoço e até parabéns aos contabilistas com direito a bolo e vela.

Declare Certo! leva esclarecimento sobre IRPF a contribuintes paranaenses

Há 12 anos consecutivos, a Campanha Declare Certo!, idealizada e promovida pelo SESCAP-PR, com o apoio do CRCPR, entre outras entidades, esclarece gratuitamente as dúvidas de centenas de contribuintes sobre a declaração de imposto de renda. A iniciativa contou com a participação voluntária de empresários contábeis, acadêmicos e funcionários de empresas de contabilidade, que dedicaram parte do seu dia de trabalho para prestar orientações sobre o imposto de renda. Este ano, a campanha aconteceu, dia 10 de abril, simultaneamente em doze cidades paranaenses: Apucarana, Arapongas, Cascavel, Curitiba, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava,Marechal Cândido Rondon, Maringá, Pato Branco, Toledo e Umuarama.

Contabilista é secretário de Controle Interno em Maringá

O contabilista Roderlei Mazurek assumiu há três meses a secretaria de Controle Interno do Município de Maringá. Ele é funcionário concursado da prefeitura há trinta anos e dedicou a maior parte desse tempo ao trabalho da contabilidade.

Um grupo de diretores do Sincontábil visitou o secretário para cumprimentá-lo pela indicação e desejar-lhe sucesso no trabalho. O presidente Joel Azevedo de Oliveira colocou o sindicato à disposição para auxiliar a secretaria, a exemplo do que ocorre em outros setores da prefeitura, principalmente nos assuntos de relacionamento com a classe contábil. "É motivo de orgulho e alegria ter contabilistas em cargos importantes do município," disse o presidente na ocasião.

Também participaram do encontro o vice-presidente do sindicato, José Carlos Cardoso Goes da Silva e o tesoureiro Etevalto Pereira Barboza.

Etevalto Pereira Barboza, José Carlos Cardoso Goes da Silva, Roderlei Mazurek e Joel Oliveira de Azevedo.

Entidades vão fiscalizar os portais de transparência pública

Chama-se "De olho na transparência" a comissão que vai fiscalizar as informações divulgadas nos portais dos órgãos públicos do estado, criados por força da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A iniciativa é do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoria, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Paraná (SESCAP-PR) e Conselho Regional de Economia do Paraná (CORECON-PR). O termo de cooperação entre as entidades foi assinado, dia 6 de maio, na sede do SESCAP-PR, em Curitiba.

Participaram do lançamento da comissão "De olho na Transparência" os representantes da OAB Paraná Cássio Telles, Luciano Elias Reis e Laerzio Chiesorin Junior; a presidente do CRCPR Lucélia Lecheta, o vice-presidente Marcos Rigoni Mello e o diretor-superintendente Gerson Luiz Borges de Macedo; o conselheiro do CORECON-PR Carlos Magno Andrioli Bittencourt; os representantes do SESCAP-PR Mauro Kalinke, presidente, Euclides Locatelli, diretor jurídico e Erinéia Araújo, gerente geral; a diretora do Instituto SESCAP-PR, Tânia Bobrovolski Pereira; o chefe da CGU no Paraná, Moacir Rodrigues de Oliveira, e os analistas de Finanças e Controle Herbert Zandomenico e Demiam Bianchi Vertozzi; o subprocurador do Ministério Público do Paraná, Bruno Sérgio Galatti e a diretora de Planejamento e Gestão, Elaine Kawa; e Reginaldo de França, advogado tributarista.

"As informações já disponíveis nos portais da transparência não estão sendo bem utilizadas. Precisamos nos mobilizar para que essa lei beneficie efetivamente a sociedade", disse o vice-presidente da OAB Paraná, Cássio Telles. "Faremos um trabalho de análise e ampla divulgação para alertar a sociedade sobre como o seu dinheiro é utilizado pelos órgãos públicos", acrescenta o presidente do Sescap-PR, Mauro Kalinke. Inicialmente, o grupo será coordenado pelo advogado Luciano Reis, presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle de Administração da OAB Paraná.

"Não há o que fazer quando os gestores públicos não alimentam os portais, já se os dados são lançados na internet é fundamental interpretá-los e cruzá-los com outras informações para avaliar se estão corretos", afirmou o vice-presidente de Admnistração do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello.

Presente à solenidade de lançamento, o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional do Ministério Público do Estado, Bruno Sérgio Galatti, relatou a experiência do órgão que, em parceria com a Celepar, está desenvolvendo um portal para que pequenos municípios do estado possam dispor, gratuitamente, de uma ferramenta padronizada para a divulgação de suas prestações de contas. Segundo ele, nos portais, "as informações estão dispostas de uma forma tão simples que até uma professora do ensino fundamental pode usá-las em sala de aula".

Já para o chefe da Controladoria Geral da União no estado do Paraná (CGU), Moacir Rodrigues de Oliveira, a transparência, no âmbito estadual e municipal, ainda está atrasada. "Temos trabalhado intensamente com capacitação, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), porém levar cursos presenciais a todas as localidades é um processo bastante oneroso, o que nos levou a desenvolver uma alternativa de educação à distância", disse.

Lucelia Lecheta, presidente do CRCPR, chamou a atenção para a dificuldade que o cidadão comum tem de entender as informações que já são disponibilizadas pelos órgãos públicos. "E quando vê que alguma coisa está errada, a população não sabe o que fazer, como reagir. O que queremos é fazer com que essas informações cheguem às pessoas de forma que elas possam não apenas saber como agir ao encontrar irregularidades, mas também cobrar providências das autoridades antes que os problemas aconteçam", concluiu.

"É papel das entidades que representam a sociedade civil organizada, assumindo a sua dose de responsabilidade social, cobrar transparência da gestão pública", argumenta Lucelia Lecheta, presidente do CRCPR.

Participaram do lançamento da comissão "De olho na Transparência" os representantes da OAB Paraná Cássio Telles, Luciano Elias Reis e Laerzio Chiesorin Junior; a presidente do CRCPR Lucélia Lecheta, o vice-presidente Marcos Rigoni Mello e o diretor-superintendente Gerson Luiz Borges de Macedo; o conselheiro do CORECON-PR Carlos Magno Andrioli Bittencourt; os representantes do SESCAP-PR Mauro Kalinke, presidente, Euclides Locatelli, diretor jurídico e Erinéia Araújo, gerente geral; a diretora do Instituto SESCAP-PR, Tânia Bobrovolski Pereira; o chefe da CGU no Paraná, Moacir Rodrigues de Oliveira, e os analistas de Finanças e Controle Herbert Zandomenico e Demiam Bianchi Vertozzi; o subprocurador do Ministério Público do Paraná, Bruno Sérgio Galatti e a diretora de Planejamento e Gestão, Elaine Kawa; e Reginaldo de França, advogado tributarista.

O grupo será coordenado inicialmente pelo advogado Luciano Reis, presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle de Administração da OAB Paraná.

Vice-presidente da OAB Paraná, Cássio Telles: "As informações já disponíveis nos portais da transparência não estão sendo bem utilizadas."

Sessão solene na Câmara dos deputados comemora o Dia do Profissional da Contabilidade

Fotos: Zeca Ribeiro

Mesa da sessão solene comemorativa ao Dia do Profissional da Contabilidade na Câmara Federal.

Com o plenário Ulysses Guimarães lotado, a Câmara dos Deputados realizou, dia 24 de abril, sessão solene em homenagem aos profissionais da contabilidade de todo o País. A data representa a luta pela valorização e a regulamentação da profissão contábil no Brasil.

A sessão solene foi presidida pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que também é profissional da área. O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, foi representado pelo vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda. Ele lembrou que o Conselho representa uma classe forte, que tem como escopo a transparência do registro de fenômenos financeiros e econômicos do governo e das organizações.

Fotos: Zeca Ribeiro

"Somos mais de meio milhão de profissionais. Juntos, formamos um exército profissional com ética e transparência, aliados na preservação do patrimônio público e na busca do combate à corrupção. Esses são alguns eixos onde se concentra a luz do novo fazer contábil", afirmou, para um plenário lotado de estudantes, profissionais e representantes de entidades do setor.

O vice-presidente também lembrou as ações do CFC no sentido de intensificar o diálogo com os poderes constituídos e realizar parcerias com instituições representativas.

"Nosso desafio é conscientizar sobre a importância do profissional da contabilidade como aliado do gestor público e como um agente de proteção à sociedade". Segundo ele, essas iniciativas são importantes para que o trabalho dos profissionais torne-se um instrumento eficaz de controle e orientação útil para o desenvolvimento e progresso do País.

Fotos: Zeca Ribeiro

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, Zulmir Ivânio Breda, representou o CFC.

Fotos: Zeca Ribeiro

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF), Sandra Batista, também destacou que este é o momento de reforçar a contabilidade como patrimônio e fator de proteção da sociedade. "O profissional da área é moderno, dinâmico, conhecedor das mudanças na legislação e um grande aliado da transparência", disse, acrescentando que a contabilidade brasileira vive um bom momento. "Por isso, precisamos ser cada vez mais qualificados e a constante atualização é indispensável para o bom exercício profissional".

O presidente da sessão e autor da iniciativa, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), sublinhou sua formação em Ciências Contábeis e que os profissionais da contabilidade "têm sido a força auxiliar das empresas e de governos no sentido da transparência e boa gestão". Na sua visão, a falta desses profissionais pode implicar na ausência de clareza e, portanto, torna-se campo fértil para corrupção.

O deputado leu uma mensagem do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para os profissionais da contabilidade. O presidente da casa afirmou que, para o país ter uma economia forte, é preciso também ter uma contabilidade forte.

"Não se conhece o estado sem uma contabilidade transparente", disse na carta. Já o deputado Edinho Bez (PMDB-SC) destacou que os profissionais são um orgulho para o País.

Participaram da sessão solene o vice-presidente Operacional do CFC, Aécio Prado Dantas; a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso (CRCMT), Silvia Mara Leite Cavalcante; o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCSP, José Donizete Valentina; o conselheiro do CFC Miguel Ângelo Martins Lara e representantes da Comissão de Educação Profissional do CFC.

Além dos parlamentares já citados, o deputado José Fogaça (PMDB-RS) também acompanhou a sessão solene. O presidente da Associação Nacional dos Contabilistas do Poder Executivo Federal (Anaconta), Francisco da Chaga Lima; o presidente do Sindiconta-DF, Marcello José Moreira; e o delegado da Delegacia da Receita Federal em Brasília Adalberto Sanches, também marcaram presença.

Fotos: Zeca Ribeiro

Câmara Municipal de Curitiba

homenageia classe por Dia do Contabilista

Comemorado no dia 25 de abril, em todo o país, o Dia do Contabilista foi motivo de homenagens na Câmara Municipal de Curitiba dia 22 de abril. Representando a classe, a convite do vereador Helio Wirbiski (PPS), a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Lucelia Lecheta, discursou durante a sessão plenária, falando em nome dos quase 35 mil profissionais contábeis do estado.

Lucelia destacou o importante papel do contabilista para o empresariado frente à intrincada legislação fiscal e tributária do país: "Sabem muito bem os empresários e responsáveis por todo tipo de entidade que ter ao seu lado um bom contabilista não é mais uma opção, e sim uma necessidade; e no mar revolto da economia de nosso país, me arrisco a dizer que somos uma grande tábua de salvação do empresariado", disse.

Entre as lideranças da classe contábil, estavam presentes Marcos Sebastião Rigoni de Mello, vice-presidente de Administração e Finanças, João Gelásio Weber, vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, Narciso Doro Junior, vice-presidente de Relações Sociais e Gerson Luiz Borges de Macedo, diretor superintendente, representando o CRCPR; Divanzir Chiminacio, presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná; Euclides Locatelli, diretor jurídico do Sescap-PR; Pedro Hugo Catossi, presidente do Sicontiba, Dolores Biasi Locatelli, presidente do IPMCont, Nilva Amália Pasetto, vice presidente da Academia de Ciências Contábeis do Paraná – ACCPR e coordenadora da Comissão da Mulher Contabilista do CRCPR, João Eloi Olenike, presidente do IBPT, entre representantes da classe.

A presidente do CRCPR também destacou seu orgulho pela profissão – "trago a vocês, o sentimento orgulhoso de ter abraçado uma profissão que tem como arte registrar o passado, acompanhar o presente e antecipar o futuro – o que convenhamos é uma grande ferramenta que damos àqueles que querem empreender, gerar empregos e riquezas" –, mas não deixou de pontuar a pesada obrigação dos contabilista de, por meio de seu trabalho, "registrar e mostrar ao mundo os estragos que pessoas inescrupulosas , investidas em poder que não mereciam ter, fazem a toda uma nação".

Apoio a programas sociais

Lucelia finalizou seu discurso ressaltando a responsabilidade social dos profissionais contábeis ao abraçar programas como o FIA – Fundo da Infância e da Adolescência, conscientizando os contribuintes quanto à maneira de contribuir diretamente para suas comunidades ao destinar parte do Imposto de Renda devido a entidades atendidas pelo programa.

Em continuidade ao tema, a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), Marcia Oleskovicz Fruet, que prestigiou a homenagem aos contabilistas, subiu à mesa diretora da Câmara para lembrar que os contribuintes, que naqueles dias estavam fazendo suas declarações de Renda Pessoa Física, podiam beneficiar – e muito – o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMCA), doando até 3% do imposto devido, no próprio programa da Receita. Ela salientou que esses recursos não ajudam apenas crianças e adolescentes, mas também idosos em situação de abandono ou negligência. "Em 2012, o Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI) recebeu cerca de R$ 250 mil em doações. Em 2014, o volume de recursos chegou a R$ 10 milhões, em boa parte graças ao apoio dos contabilistas", disse.

Márcia informou ainda que em Curitiba os recursos do FMCA beneficiam mais de 200 instituições sociais. "Esse recurso é direcionado e administrado por um conselho formado por representantes da sociedade civil e de órgãos públicos. Sendo assim, o destino do dinheiro é amplamente discutido, o que dá segurança ao contribuinte de que sua doação vá de fato para projetos que beneficiam milhares de crianças e adolescentes", afirmou.

Morre Boluca, ex-assessor jurídico do CRCPR

Morreu, aos 84 anos, o ex-jogador de futebol, radialista, advogado e jornalista, Boleslau Sliviany, mais conhecido como Boluca, apelido ganho no meio esportivo. Nascido em 11 de fevereiro de 1931, em Curitiba, de ascendência polonesa, deixa a esposa Iracema, com quem viveu 54 anos; o filho Mariano, a nora Ione, a neta Maria Gabriela e uma legião de amigos e admiradores.

Nos últimos anos, sua saúde havia se debilitado bastante e, mais recentemente, sofrera um Acidente Vascular Cerebral (AVC), permanecendo dias internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) até o desfecho fatal, na última segunda-feira, 27. Foi enterrado no Cemitério Municipal de Curitiba.

Quase meio século no CRCPR

Boleslau Sliviani vai ser lembrado para sempre no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, onde trabalhou 46 anos. Por iniciativa do então presidente da entidade, Paulo Caetano, em 18 de março de 2010, foi homenageado dando nome ao grande auditório do Conselho. "Esse homem de múltiplos talentos nos deu a honra de seu saber e da sua amizade. O seu nome ficará gravado eternamente entre nós", disse Caetano na ocasião.

Obcecado pelo trabalho, permaneceu no CRCPR até os 82 anos, só parando porque a saúde não ajudava mais. Em março de 2013 disse adeus à sua máquina Olivetti – segundo ele, muitas vezes superior ao computador. Não houve quem o convencesse a usar um.

Seus talentos não se limitavam, pois, à habilidade com os pés. Revelou-se craque também com as palavras, ideias, conceitos, como jornalista e advogado: no CRCPR, atuou também como assessor de imprensa. Como advogado, participou da consolidação legal e institucional da entidade, assessorando 14 presidências. Entre os conselheiros era reconhecido pela vasta cultura e pela eloquência. Foi muitas vezes aplaudido em eventos, ao discursar, e durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Salvador, defendeu a transformação do sistema CFC-CRCs em autarquia, tese vitoriosa anos depois.

Depoimentos

"O Boluca sempre foi muito querido e respeitado por todos. A história do CRCPR tem muito dele!", exclama emocionada a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta. "Foram décadas de convivência com ele e a admiração pelo profissional e pelo amigo só aumentava a cada vez que eu o encontrava", reforça o vice-presidente, Marcos Rigoni de Mello.

O diretor superintendente do CRCPR, Gerson Borges de Macedo comenta: "Convivi com o Boluca durante quase 20 anos. Era uma pessoa dócil e sempre pronta a ajudar a quem dele precisasse. Nunca o vi negar ajuda a alguém. Profissional inteligente e competente a qualquer prova. Sua morte encheu de saudades o nosso CRCPR".

Auditório do CRCPR batizado com seu nome: na homenagem, saudado pelo presidente do CRCPR, Paulo Caetano, e acompanhado da esposa Iracema Frogel Sliviany, do filho Mariano, sua esposa Ione, e da neta, Maria Gabriela.

Resgatam igualmente lembranças enaltecedoras da grande personalidade, ao mesmo tempo rica e singela, que foi o Boluca, os ex-presidentes do CRC, Antônio Carlos Dóro, Nelson Zafra, Maurício Smijtink e Paulo Caetano. O diretor operacional e presidente do Sicontiba, Hugo Catossi, que mais conviveu com ele, acrescenta: "o Boluca foi uma das melhores pessoas que já trabalharam no CRCPR e que tive a honra de conhecer. Era de um humor peculiar, sempre alto astral, adorava bater um papo, principalmente se fosse sobre jornalismo e o Atlético Paranaense. Acho que uma das suas melhores virtudes era justamente se dar bem com todos a sua volta. Discursava como ninguém e tinha um texto incomparável: com certeza, era um dos melhores advogados e jornalistas do Paraná".

Os depoimentos sobre sua personalidade ímpar encheriam páginas.

Paixão pelo futebol

A grande paixão do Boluca talvez tenha sido o futebol – esporte que ele definia como uma arte e não uma ciência, debochando dos inventores de regras, fórmulas, esquemas... Começou a jogar profissionalmente, aos 14 anos, pelo Poty do Batel, passando para o Juventus, depois para o Clube Atlético Paranaense, pelo qual foi campeão estadual em 1958, e por fim pelo Palestra Itália. O número 14, a propósito, tinha para ele um simbolismo especial: jogou durante 14 anos e fez 14 gols. Ele se divertia teorizando sobre isso. Parou de jogar aos 28 anos, quando, concluído o curso de Direito, passou em um concurso para assessor jurídico do CRCPR.

Deixou os gramados, mas manteve o amor ao futebol, tendo sido narrador e apresentador de programas esportivos nas rádios Tingui, Colombo, Guairacá e Marumbi, e assinado por pelo menos quatro décadas uma das colunas esportivas mais lidas no estado, no jornal Tribuna do Paraná. Graças a seu envolvimento com o esporte chegou a ser cogitado para assumir a Federação Paranaense de Futebol. Em 2011, a FPF deu o nome de Boleslau Sliviani (Dr. Boluca) ao troféu do segundo turno do campeonato paranaense daquele ano – uma homenagem ao ex-craque e ao mesmo tempo ao seu ex-assessor jurídico. Foi defensor da FPF nos tribunais.

Tiradas

As tiradas do Boluca vão ficar na memória de todos que com ele conviveram. Costumava brincar com colegas de profissão: "guri de ouro, ainda vou te levar pra Globo". Às mulheres, tinha sempre uma expressão carinhosa: "menininha de ouro!". A colegas que se despediam dizia sempre: "Vai com Deus, guri".

Québec, no Canadá, está interessado em profissionais brasileiros

Contabilidade é uma das áreas de maior demanda

Nos últimos anos, a província canadense do Québec vem divulgando oportunidades de trabalho para profissionais brasileiros. O Canadá atravessa um bom momento econômico e o recrutamento internacional é um meio estratégico para as empresas locais manterem-se competitivas em áreas de alta tecnologia. O Québec, considerado um país dentro do Canadá – tem área três vezes maior que a França -, estima que serão criadas mais de 1 milhão de vagas até 2021, o que justifica a procura por profissionais qualificados.

Entre as áreas de maior demanda estão contabilidade, administração de empresas, engenharia civil, engenharia da computação, enfermagem e tecnologia da informação. Formação de nível técnico, tecnólogo ou universitário, experiência profissional, conhecimento do idioma francês ou interesse em aprender a língua são alguns dos requisitos para imigrar e conquistar o visto permanente. O emprego não é garantido, mas o governo proverá todas as ações necessárias para facilitar a integração dos imigrantes e suas famílias, inclusive com aulas gratuitas de aperfeiçoamento da língua francesa.

Apoio do CRCPR

As oportunidades vêm sendo apresentadas, nas principais cidades brasileiras, pela assessora em promoção do Escritório de Imigração do Québec, Perla Haro Ruiz. Em suas palestras, ela detalha os critérios de seleção, fala sobre as características do mercado de trabalho e das cidades quebequenses e sobre seus aspectos culturais.

Perla esteve dia 26 de março, em Curitiba, buscando o apoio do CRCPR para divulgar as oportunidades junto aos contabilistas paranaenses. Na ocasião, ela conversou com o vice-presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Marcos Sebastião Rigoni de Mello, e com o diretor superintendente Gerson Borges de Macedo. "A assessora nos contou que a província de Québec tem um déficit de mão de obra qualificada nas profissões liberais e que a formação técnico-acadêmica do contabilista brasileiro é bem vista no mercado canadense, daí a iniciativa de nos procurar para ajudá-los a divulgar oportunidades", disse Rigoni.

Uma vez que a área contábil e de finanças no Québec experimenta um processo de expansão e busca renovar e ampliar a mão de obra qualificada, é possível encontrar vagas na área, onde as jornadas de trabalho são, em média, de 40 horas semanais, dependendo da empresa contratante.

Québec

O Québec é uma das dez províncias do Canadá – a maior em território e a segunda mais populosa, com cerca de 24% da população do país. Sua maior cidade é Montreal, mas a capital é a Cidade de Québec. Como tem língua, cultura e instituições próprias, o Quebec representa oficialmente uma nação dentro do Canadá.

Cerca de 80% da população do Quebec é descendente de franceses, em contraste com as outras províncias do país, cujos habitantes são em sua maioria descendentes de ingleses ou escoceses. A forte influência francesa, presente desde os primórdios da colonização do Canadá, torna a província sensivelmente diferente do resto do país. O francês é o único idioma oficial da província. A população é em sua maioria católica, ao contrário do resto do país, onde protestantes são maioria.

O nome Québec significa "estreito", em referência a um trecho estreito do Rio São Lourenço. Os ingleses capturaram a capital da província em 1759 e tomaram o controle da região em 1763. A partir da década de 1950, um movimento nacionalista começou a crescer no Québec, culminando com a realização de duas votações, em 1980 e 1995, pela separação do Quebec do Canadá, mas a maioria da população da província votou contra a secessão.

A província possui vastos recursos naturais, entre os quais inúmeros rios, lagos e muitas florestas. É a maior produtora de energia elétrica proveniente de hidrelétricas e usinas nucleares. Produz cerca de 26% dos produtos industriais e agropecuários do país, destacando-se entre os principais produtos alimentos, madeira e derivados, aviões, químicos e roupas.

Para mais informações, acesse www.imigrarparaquebec.ca e www.emploiquebec.net.

Coordenadores de cursos debatem o Enade 2015

Alunos de contábeis farão o exame novamente

Com a presença de 23 coordenadores representantes de instituições de ensino paranaenses que ministram curso de Ciências Contábeis, no estado, a Comissão de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis reuniu-se, no dia 10 de abril, no CRCPR, para debater a programação de 2015. Na pauta, o Enade – exame aplicado a estudantes de graduação; o I Fórum de Educação Contábil do Paraná, direcionado aos professores de contábeis; e uma olimpíada de contabilidade para os estudantes.

Ao abrir a reunião, a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, Elizangela de Paula Kuhn, ressaltou a importância histórica da comissão na organização de eventos que debatem avanços no ensino da contabilidade e promove interação entre os professores. O conselheiro do CRCPR, Narciso Rastelli, convidou os coordenadores a participarem da reunião da comissão programada para 21 de maio, em Apucarana.

Enade 2015

Estudantes de 26 cursos de graduação vão participar do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) este ano. A avaliação está prevista para o dia 22 de novembro, às 13 horas. O exame será realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com questões do Banco Nacional de Itens da Educação Superior (BNI). O manual que traz os procedimentos técnicos indispensáveis às instituições de ensino superior para a inscrição dos participantes será divulgado até 22 de maio.

Participaram da reunião, dia 10 de abril, no CRCPR, 23 coordenadores de curso de Ciências Contábeis.

A reunião foi conduzida pelo professor Marcos Custódio, coordenador da Comissão de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis e conselheiro do CRCPR.

A preocupação em relação ao Enade – disse o professor Marcos Aurélio Custódio, coordenador da comissão – é que os estudantes de Ciências Contábeis também deverão fazer o exame. As instituições de ensino são responsáveis pela inscrição dos alunos e obviamente pela preparação deles. O tema foi discutido em mesa-redonda, possibilitando a participação de todos os presentes, resultando em um documento que será encaminhado a todos os coordenadores da área no Paraná.

Fórum e olimpíada

O I Fórum de Educação Contábil do Paraná, por sua vez, embora ainda em fase de gestação, está previsto para o segundo semestre de 2015. É um evento direcionado aos professores de contabilidade do estado para debater temas relacionados ao ensino contábil. Detalhes sobre o fórum serão anunciados nos próximos meses.

Outra iniciativa apresentada foi a realização, em 2016, das Olimpíadas de Contabilidade do Paraná. Trata-se de uma competição de conhecimentos contábeis aberta à participação de todos os estudantes de Ciências Contábeis do Paraná com a finalidade de estimular e promover o estudo da contabilidade entre alunos dos cursos de Ciências Contábeis, difundir o conhecimento contábil, impulsionar a melhoria dos cursos, identificar jovens talentos e integrar as instituições de ensino. O formato preciso da competição está sendo discutido, mas já provoca expectativas.

CRCPR fiscaliza nas regiões de Jaguariaíva, Wenceslau Braz, Rio Negro e Ponta Grossa

A novidade é a fiscalização eletrônica – fisc-e

Foram lançadas nos dias 26 de março, em Jaguariaíva, 27 em Wenceslau Braz, 31 em Rio Negro, e dia 4 de maio, em Ponta Grossa, as ações de fiscalização do CRCPR nessas regiões que englobam 23 municípios e um total de 1.580 profissionais da contabilidade e 429 organizações contábeis. "Nessas solenidades de abertura da fiscalização temos a chance de estar mais perto dos contabilistas e isso é fundamental para deixarmos aberto um canal de comunicação com o CRCPR", afirma o vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR), João Gelásio Weber.

A fiscalização eletrônica, cuja implantação começou no Paraná em 2012, segue o mesmo formato da fiscalização presencial, com a verificação dos contratos de prestação de serviços, DECORES, a existência da escrituração contábil regular das empresas, e ainda, o perfil dos executores de serviços.

Ao dispensar a presença do fiscal nos escritórios, a fisc-e reduz custos para os conselhos de contabilidade. O procedimento começa quando o CRCPR envia um e-mail aos contabilistas avisando que o seu acesso está liberado no site do órgão fiscalizador e fornecendo a cada um sua senha de serviços online e o número do seu agendamento. O e-mail contém todas as informações necessárias para iniciar o processo de fiscalização eletrônica e o próprio sistema vai conduzindo o usuário no preenchimento dos documentos necessários. Quando o contabilista finaliza o procedimento, inicia-se a análise das informações fornecidas pelos contabilistas pela equipe de fiscais do CRCPR. Na segunda fase, um percentual de empresas, escolhidas aleatoriamente, recebe um novo e-mail, em que lhes são solicitados: verificação da contabilidade, contratos de prestação de serviço e DECORE, bem como o envio ao CRCPR dos respectivos documentos, preferencialmente em formato digital.

Em Jaguariaíva, a abertura aconteceu dia 26 de março, às 14 horas, na sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola (ACIAJA) e contou com a participação do macrodelegado do CRCPR, Aguinaldo Mocelin, do delegado local do CRCPR, Fábio Dias, e do gerente de fiscalização da entidade, Dirceu Zonatto.

Em Wenceslau Braz, foi dia 27, às 17 horas, na Câmara Municipal, com o delegado local do CRCPR, Antonio Raimundo da Silva, além dos representantes do CRCPR.

Em Rio Negro, dia 31 de março, o vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR), João Gelásio Weber, explica aos presentes os objetivos e como é feita a fiscalização.

Em Ponta Grossa, a solenidade aconteceu às 19 horas de 4 de maio, no auditório do Sincopon – Sindicato dos Contabilistas local, com a presença do vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR), João Gelásio Weber, dos conselheiros Ângelo Mocelin e Antonio Augusto Godoi de Oliveira, do macrodelegado Aguinaldo Mocelin, do delegado José Romeu Modrey e do gerente de Fiscalização Dirceu Zonatto.

Espaço da Junta

Impacto da tecnologia e o Empresa Fácil

Mauro Luís Moreschi

A contabilidade, como todas as atividades humanas, depende imensamente das tecnologias. Uma análise interessante, nesse sentido, pode ser feita demonstrando como a profissão contábil foi exercida no passado mais remoto, quando nem papel havia – registros eram feitos em barro -, passando pelas diferentes épocas, cada uma com suas tecnologias dominantes, até os dias de hoje.

Mas avaliemos esse impacto apenas com as mudanças recentes: o que a informática representa para o nosso trabalho - uma revolução e tanto! Todas as informações contábeis atualmente são registradas em computador. Existem programas – softwares – para a imensa maioria dos procedimentos contábeis. O SPED, o e-social estão aí provando que estamos na era da contabilidade digital.

É claro que tudo isso tem um custo – os escritórios e os departamentos de contabilidade das empresas precisam modernizar continuamente seus sistemas e equipamentos; precisamos investir em atualização de pessoal. Mas o ganho é incalculável, em termos de economia, rapidez, eficiência e segurança, no nosso trabalho.

Graças aos recursos da informática, com o Empresa Fácil, os contabilistas agora podem evitar filas, burocracias, economizar recursos e ganhar tempo nos trabalhos de abertura de empresas e mudanças contratuais em nosso estado. É possível que alguns ajustes precisem ser feitos no programa, até porque ele não envolve só a Junta, mas vários órgãos. O Empresa Fácil representa avanços na perspectiva do que prevê a Lei Federal n.º 1.598/2007 quanto à implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). A ideia é que todos os órgãos envolvidos com a legalização de empresas sejam integrados ao final. Além da junta comercial, as prefeituras, a Receita Estadual, Receita Federal, corpo de bombeiros, vigilância sanitária, entre outros órgãos.

Acho perfeitamente compreensível que o Empresa Fácil só atenda, por enquanto, as empresas mais simples que escapam a maiores exigências. Seria irresponsabilidade simplificar e aprovar, sem a devida vistoria, o estatuto de uma empresa que pode trazer riscos à comunidade.

A página (www.empresafacil.pr.gov.br) apresenta os procedimentos para a abertura de empresas de forma bem fácil. O passo a passo ser acompanhado também em vídeo produzido pela Jucepar e o Sebrae-PR, disponível na internet no endereço

https://www.youtube.com/watch?v=V3Fu_bG--z38&app=desktop

Talvez o principal ganho que as novas tecnologias e sistemas, a exemplo do Empresa Fácil, traz para nossa profissão é a oportunidade de podermos atuar como consultores das empresas. Se antes o profissional só falava com os seus clientes no momento de receber os honorários e de pagar impostos – às vezes nem nessas ocasiões, porque podia enviar um office-boy -, agora ele pode e deve interagir, com frequência, levando-lhes informações contábeis importantes sobre o andamento da sua empresa, discutindo com eles as perspectivas.

LAUDOS DE AVALIAÇÕES

A CVI elabora laudos de avaliações atendendo o Pronunciamento Técnico CPC 27 com relação a ativos imobilizados para empresas de médio e pequeno porte.

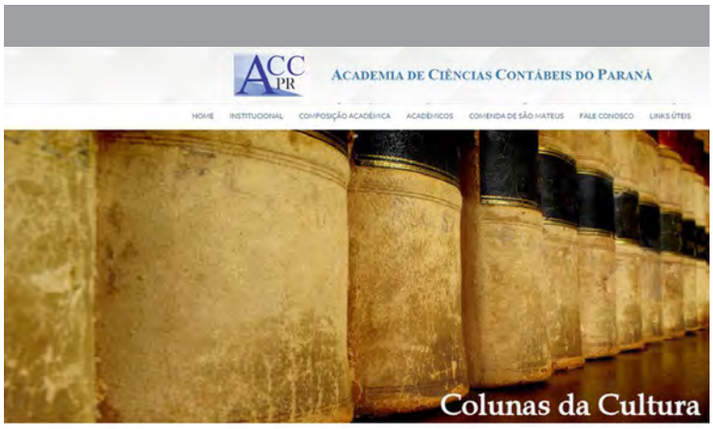
Os laudos da CVI apresentam informações essenciais para a contabilização:

- valores em separado de terrenos e edificações
- vida útil
- valor da depreciação
- vida útil remanescente
- valor residual

CVI AVALIAÇÕES 50 ANOS

Mais informações 41 3078 1212 / cvipr@cvipr.com.br

Academia de Ciências Contábeis do Paraná tem novo site



Com quase 38 anos de existência, a Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) está mais atual do que nunca: acaba de lançar seu novo site, com um visual elegante e contemporâneo e informações úteis para professores, profissionais e estudantes de Ciências Contábeis. Está locado no site do CRCPR e pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.accpr.org.br/

Fundada em 29 de julho de 1977, a ACCPR é uma instituição sem fins lucrativos que visa estimular o desenvolvimento cultural, promover solenidades cívicas e comemorativas de acontecimentos históricos e relevantes da área contábil. É composta por quarenta acadêmicos efetivos registrados no CRCPR.

Em parceria com o CRCPR, persegue o aperfeiçoamento constante nas ciências contábeis, principalmente quanto à convergência das Normas Internacionais de contabilidade (IFRS), também chamada de "contabilidade sem fronteiras".

"Ao longo de quase quatro décadas, a ACCPR se destaca no cenário nacional e é uma das academias mais atuantes no Brasil", conta o presidente da entidade, professor Luiz Carlos de Souza. "Alguns de nossos membros atuam em conselhos editoriais, na publicação de revistas técnicas e indicativos de obras que promovam o saber contábil, além de serem responsáveis pela avaliação de trabalhos na nossa convenção estadual de contabilistas e de desenvolverem diversas outras atividades que promovem a integração com as diversas entidades que representam a classe contábil paranaense", completa.

Luís Carlos de Souza, o presidente, faz parte da academia desde 2003, ocupando a cadeira 38.

Atual diretoria - gestão 2014-2015 – assumiu em dezembro de 2013.

Siconp tem nova diretoria

Eurides Von Muhlen tomou posse na presidência do Sindicato dos Contabilistas de Pato Branco (Siconp) na noite de 27 de março. A cerimônia oficializou a nova diretoria, que assumiu a entidade em 25 de novembro de 2014 para o biênio 2014/2015. A solenidade aconteceu na sede campestre do Siconp e contou com a presença de autoridades como o deputado estadual Guto Silva (PSC), o prefeito de Pato Branco (PDT), vereadores e líderes da classe, como a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Lucélia Lecheta, o vice-presidente de Administração e Finanças da entidade, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar), Divanzir Chiminacio, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Mauro Kalinke, além de presidentes e representantes de diversos sindicatos e entidades da classe contábil da região.

Diretoria da gestão 2014/2015 do Siconp.

Eurides Von Muhlen, entre a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, e o presidente da Fecopar, Divanzir Chiminacio, assume mais um mandato.

Ao falar sobre sua primeira gestão, Eurides comentou que se esforçou para levar cursos de atualização aos contabilistas – foram pelo menos cinco -, além da conquista do título da edição XXII do Jocopar, o que situa Pato Branco em terceiro lugar no ranking dos campeões. "Para a gestão 2015/2016 vamos proporcionar, aos associados, estudos, cursos, coordenação, proteção e representação legal, colaborar com os poderes públicos e demais associações", disse ao jornal da Federação dos Contabilistas do Paraná.

A presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta parabenizou a nova diretoria, reafirmando o compromisso do CRCPR em dar suporte às ações do Siconp voltadas ao fortalecimento da classe e ao desenvolvimento profissional dos contabilistas da região.

SOLUÇÕES PARA ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS E DIVERSAS EMPRESAS **0800 123 1184 | www.netspeed.com.br**